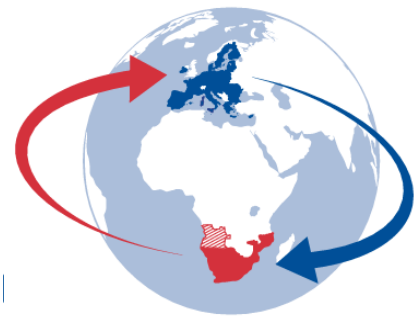




Avaliação do impacto de sustentabilidade em apoio às negociações da UE com Angola para a adesão ao APE UE-SADC

Consulta abrangente em Angola sobre o Acordo de Parceria Económica

Palmeiras Suite Hotel, Luanda, e Zoom, 21 & 22 de Julho de 2021



Relatório do seminário

ANTECEDENTES E RESUMO

Em Fevereiro de 2020, Angola solicitou a adesão ao Acordo de Parceria Económica entre a União Europeia e seis países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (APE UE-SADC). Tal requer negociações sobre as condições de adesão, nomeadamente o grau de abertura do mercado Angolano às importações provenientes da UE. Espera-se que as negociações da adesão sejam lançadas em 2021 e concluídas no prazo de um ano. Ao mesmo tempo, a UE e Angola estão também a negociar bilateralmente um Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável (SIFA).

Como elemento de boas práticas regulamentares, a Direcção-Geral do Comércio da Comissão Europeia encomendou uma avaliação do impacto de sustentabilidade (SIA) para avaliar e indicar como a adesão de Angola ao APE UE-SADC e ao SIFA em negociação pode contribuir melhor para aumentar a competitividade das empresas angolanas e contribuir para a diversificação económica do país. As conclusões e recomendações da SIA irão fornecer subsídios às negociações, ajudando os negociadores a otimizar as escolhas de políticas.¹

Como parte das consultas realizadas no âmbito da SIA, foi organizado um seminário para os intervenientes angolanos a 21 e 22 de Julho de 2021; devido às restrições impostas em resposta à pandemia de covid-19, o seminário foi realizado de forma híbrida, permitindo aos participantes aderir através da Internet.

O objectivo do seminário era ter uma discussão aberta e troca de ideias com um conjunto diversificado de intervenientes - incluindo empresas, sindicatos e outras organizações da sociedade civil, organizações internacionais com presença em Angola, académicos e grupos de reflexão - sobre os efeitos potenciais da adesão de Angola ao APE da SADC e ao SIFA: quais são os efeitos no comércio, na economia, nas questões sociais, laborais e de direitos humanos, e no ambiente - e como é que o APE e o SIFA podem ser alavancados para aumentar a competitividade das empresas angolanas e a diversificação da economia?

O seminário teve lugar durante duas manhãs consecutivas, com o primeiro dia dedicado a uma discussão global dos pontos de vista das partes interessadas, bem como do potencial impacto económico do APE em Angola, e o segundo dia centrado nas potenciais implicações institucionais, ambientais, sociais e de direitos humanos (a agenda do seminário está no anexo A). O seminário teve lugar em português e inglês, com interpretação simultânea. No total, participaram mais de 80 participantes de 50 organizações (ver a lista de presenças no anexo B).

Houve um consenso geral entre os membros do painel e os participantes de que os dois acordos (o APE e o SIFA) ajudariam a melhorar o clima de investimento e comércio em Angola, contribuindo assim para atrair o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e gerar

¹ Angola aderiria ao APE com base no texto do Acordo existente. Portanto, o leque de escolhas políticas será bastante limitado, embora ainda potencialmente importante para a economia de Angola.

Financiador:



Projecto financiado pela União Europeia. As opiniões expressas neste documento não representam as opiniões da Comissão Europeia ou do Governo de Angola.

Organização:



BKP ECONOMIC ADVISORS GMBH
JUTASTRASSE 14. 80636 MUNICH. ALEMANIA
E-MAIL: SIA@BKP-ADVISORS.COM
WWW.BKP-ADVISORS.COM

oportunidades económicas/ comerciais. As disposições dos acordos dariam simultaneamente um impulso ao Governo e às partes interessadas para abordarem problemas enraizados relacionados com a governação, economia, ambiente e questões sociais e de direitos humanos. Alguns dos pontos salientes discutidos ao longo do seminário de dois dias abrangeram a necessidade de se:

- adquirir dados desagregados-chave a fim de acompanhar empiricamente os efeitos do APE (nomeadamente no que diz respeito aos efeitos sociais e ambientais, mas também à produção e outros indicadores económicos);
- prestar apoio, para além da adesão ao APE e da conclusão do SIFA, à diversificação económica de Angola e à transição de um modelo económico há muito dependente do petróleo;
- assegurar negociações equilibradas que reflectam de forma coerente a realidade, interesses e benefícios de Angola;
- rever e alinhar o Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola com as novas dinâmicas e aspirações que emanarão da adesão ao APE, e as obrigações a que estará sujeito a cumprir;
- reforçar sinergias entre ministérios relevantes, entidades públicas e privadas, e outras partes interessadas, como académicos, para debater ideias, convergir visões e acções concertadas para impulsionar o crescimento socioeconómico sustentável global ao abrigo do APE;
- capitalizar estrategicamente as exportações de Angola, apostando nas que têm mais vantagens comparativas, para reforçar a competitividade de Angola no mercado da UE;
- reforçar capacidade a níveis transversais, incluindo institucional, jurídico, de recursos humanos, tecnológico, etc., para facilitar e monitorar a implementação do APE;
- procurar assistência financeira e técnica da UE para consolidar as capacidades de Angola na implementação do APE, bem como para ajudar Angola a cumprir as obrigações decorrentes das disposições do APE; e
- assegurar que os lucros e outras formas de vantagens que serão gerados a partir do APE se propaguem para beneficiar os segmentos mais vulneráveis da sociedade, incluindo mulheres e crianças (através da eliminação do trabalho infantil).

As apresentações feitas no seminário estão disponíveis no website do estudo do APE.²

PRIMEIRO DIA - OPINIÕES DA SOCIEDADE E IMPACTO ECONÓMICO

1. Sessão de Abertura

Jeannette Seppen, Embaixadora da União Europeia em Angola, apresentou um breve panorama da história comercial de Angola, bem como desenvolvimentos futuros, tais como a sua potencial graduação do seu actual estatuto de País Menos Desenvolvidos (PMD) para um país de rendimento médio em 2024. Salientou que a abertura do mercado Angolano e as consequentes reformas económicas melhorariam o ambiente empresarial do país e atrairiam investimentos substanciais. Neste contexto, em 2020, o país solicitou a adesão ao APE UE-SADC. Este passo ajudaria a acelerar a diversificação da economia Angolana e a impulsionar as suas actividades comerciais. Embora as negociações para discutir os principais parâmetros da adesão de Angola ao mercado da UE e o seu grau de abertura do mercado para actividades comerciais com a UE ainda não tenham começado, a Comissária recordou que:

² Vide <http://angola.fta-evaluation.eu/pt/consultations-pt/workshops-in-angola-pt>

- O programa de cooperação da UE com Angola assenta em três pilares principais, nomeadamente (i) diversificação da economia e resiliência; (ii) Estado de direito; e (iii) desenvolvimento humano;
- A SIA procura explorar os impactos económicos, ambientais, de direitos humanos e sociais do APE;
- A SIA indicará em que medida o APE ajudará a reforçar a competitividade do meio empresarial Angolano, com especial incidência nas micros, pequenas e médias empresas;

Ao concluir, encorajou todos os participantes a fazer uso do seminário para interagir e fornecer subsídios que contribuiriam grandemente para o processo de negociação.

Milton Permínio dos Santos Reis, Secretário de Estado do Planeamento, Ministério da Economia e do Planeamento, começou com uma breve apresentação do APE UE-SADC, um acordo de comércio livre assinado em 2016 para a eliminação gradual das barreiras comerciais entre a UE e os países membros da SADC. Como Angola está empenhada na integração regional e continental, tal como no contexto da União Africana e da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), a adesão ao APE ajudaria a alargar o âmbito da parceria de Angola tanto com os membros da UE como da SADC, e impulsionaria a colaboração comercial estratégica. Sublinhou também que o APE contribuiria positivamente para:

- A diversificação da economia e das exportações de Angola;
- A criação de novas oportunidades de emprego; e
- Um impulso na competitividade entre as empresas, o que conduz a um panorama empresarial em evolução.

Acrescentou que os critérios de adesão exigirão um certo nível de abertura do mercado de Angola às exportações da UE, bem como o cumprimento das disposições estipuladas no APE UE-SADC. Dada a importância das negociações que conduzirão à adesão de Angola ao APE, e as obrigações que teriam de ser cumpridas posteriormente, convidou todos os participantes a utilizarem o seminário como plataforma para discutir as formas como o APE poderia impulsionar o desenvolvimento e a competitividade das empresas angolanas, e quais/quais os obstáculos que poderiam ser ultrapassados.

2. Sessão introdutória

Dr. Derk Bienen, o líder da equipa de estudo, fez uma introdução às negociações sobre a adesão de Angola ao APE UE-SADC, bem como ao estudo da SIFA.³

Contexto: O APE UE-SADC e as negociações sobre a adesão de Angola e o SIFA

O APE tem sido implementado desde 2016 (excepto para Moçambique, para o qual a aplicação teve início em 2018). Abrange principalmente o comércio de mercadorias, mas não o comércio de serviços ou os investimentos. A UE oferece acesso ao APE SADC isento de direitos e quotas para todos os bens, excepto armas e munições. Apenas para importações da África do Sul, a UE mantém algumas limitações a certos produtos sensíveis. Os países do APE SADC também oferecem acesso preferencial às importações da UE, com diferentes graus de cobertura.

Há várias razões pelas quais Angola procura a adesão ao APE e o SIFA separado com a UE:

³ Apresentações completas disponíveis em: <http://angola.fta-evaluation.eu/pt/consultations-pt/workshops-in-angola-pt>

- Transição do estatuto de País Menos Avançados (PMA) para o estatuto de rendimento médio: Como um PMA prestes a obter o estatuto de país de rendimento médio em 2024, Angola perderia parte do seu acesso preferencial ao mercado da UE ao abrigo do actual acordo Tudo Menos Armas (EBA) em 2027, quando se tornaria um país beneficiário do SGP ou SGP+. A adesão ao APE ajudaria a evitar esta situação e a manter o actual acesso ao mercado da UE isento de direitos aduaneiros para todas as mercadorias (excepto armas e munições).
- Diversificação da economia: Angola é actualmente altamente dependente das exportações de petróleo (e diamantes): todos os outros bens combinados representam apenas 1%-2% das exportações. Esta dependência implica uma elevada vulnerabilidade a choques externos, principalmente no preço global do petróleo. Para diversificar as exportações e a economia, é necessário investimento (privado). Tanto o APE como o SIFA contribuirão para tal, melhorando o clima de investimento através de uma maior previsibilidade e transparência nos procedimentos. Além disso, o APE poderia aumentar a competitividade das empresas Angolanas através da redução dos direitos de importação dos factores de produção necessários no processo de produção.

As negociações sobre a adesão de Angola ao APE UE-SADC serão conduzidas com base no texto existente do APE, tendo em conta a situação específica de Angola. As negociações serão principalmente sobre a abertura do mercado angolano para as importações da UE, enquanto a UE oferecerá acesso livre de direitos e quotas (como ao abrigo da actual TMA). Além disso, certos protocolos do APE poderão ser abrangidos nas negociações, tais como as indicações geográficas.

O SIFA abordaria a transparência e as boas práticas administrativas relacionadas com o investimento, a cooperação em questões de investimento, com ênfase na contribuição do investimento para o desenvolvimento sustentável. O SIFA não cobriria a liberalização do investimento, a protecção do investimento e a resolução de litígios entre investidores e Estados, nem substituiria quaisquer acordos bilaterais de investimento existentes entre Angola e os Membros da UE.

Introdução ao estudo do SIA e ao seminário

A SIA visa identificar os benefícios e riscos que podem derivar da adesão de Angola ao APE (bem como ao SIFA), e formular recomendações para aumentar os benefícios de Angola, bem como mitigar quaisquer potenciais impactos negativos. Tal inclui a identificação de áreas de apoio e assistência que podem ser fornecidas pela UE. O SIA também visa dar a conhecer o APE e para o que este poderá implicar para a economia do país e o povo, e dar voz aos interessados no processo através de consultas abrangentes, incluindo um inquérito online, entrevistas, e o presente seminário.

Embora encomendado pela Comissão Europeia, o APE é um estudo independente realizado por um grupo de investigadores mandatados para fazer uma avaliação equilibrada dos efeitos previstos do APE para Angola, com base numa abordagem participativa e inclusiva que implica consultas com um conjunto diversificado de interessados em Angola, na UE, e noutros países interessados. A transparência do APE é conseguida através da publicação de todos os relatórios produzidos no processo de estudo.

Em termos da metodologia, a SIA visa apenas identificar o impacto do APE (e do SIFA), ou seja, tenta distingui-la da influência de quaisquer outros factores que tenham impacto na economia e desenvolvimento de Angola. Metodologicamente, fá-lo comparando duas situações futuras: uma, em que Angola aderiu ao APE UE-SADC, com outra, em que Angola se torna um país beneficiário do SGP.

A análise centra-se em Angola (e não na UE) porque, primeiro, os efeitos dos acordos comerciais são sempre mais fortes na economia mais pequena e, segundo, porque as

mudanças políticas em Angola (isto é, a abertura do mercado às importações da UE) são também mais fortes do que na UE, o que em grande parte continuaria a conceder a Angola o mesmo tratamento que actualmente.

Quanto ao âmbito da análise, o estudo considera cinco áreas de impacto:

- Impactos económicos - por exemplo, no comércio e na economia em geral;
- Impactos sociais - por exemplo, no emprego, na pobreza, nas mulheres, no sector informal;
- Impactos ambientais - por exemplo, mudanças climáticas, biodiversidade, disponibilidade e qualidade da água;
- Impactos nos direitos humanos - por exemplo, o direito a um nível de vida decente, o direito ao trabalho; e
- capacidade administrativa - ou seja, a capacidade de Angola para implementar as obrigações ao abrigo do APE.

O impacto do APE e do SIFA em Angola surgirá através de duas cadeias causais. A primeira é o canal do impacto económico: a liberalização do comércio ao abrigo do APE levará a mudanças nos fluxos comerciais, o que por sua vez leva a mudanças na produção, tanto a nível sectorial como para a economia em geral (produto interno bruto, PIB). As mudanças económicas também têm implicações nos salários e no emprego, no ambiente, etc. O segundo canal de impacto é o canal regulamentar: As disposições da APE e do SIFA podem exigir certas alterações na regulamentação interna, ou a implementação de regulamentação interna, afectando directamente a situação económica, social, laboral, de género, de direitos humanos ou ambiental.

A SIA compreende uma análise global e quatro estudos de caso: dois são sobre sectores (pescas e cadeias de valor agro-alimentar), e os outros dois são temáticos (efeitos sobre a biodiversidade, e trabalho infantil).

3. Opiniões da sociedade sobre a potencial adesão de Angola ao APE UE-SADC

A segunda sessão centrou-se numa apresentação e discussão dos pontos de vista de amplos grupos da sociedade - sindicatos, empresas e academia - sobre a adesão de Angola ao APE e as relações económicas Angola-UE em geral.

A intervenção de **Bernardo Miranda, Secretário-Geral da União dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Portuários, Ferroviários e Afins de Luanda, e membro da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA-CS)**, abordou os seguintes pontos principais:

- Como actor global de primeira classe, a UE promove uma abordagem holística da forma como coopera com os países em desenvolvimento, olhando para sectores e esferas transversais;
- Angola é demasiado dependente das exportações de petróleo e diamantes, e os tempos actuais obrigam a uma diversificação;
- O APE actuará como catalisador para impulsionar a economia Angolana e, subsequentemente, ajudará a atrair o IDE chave;
- O sindicato dos trabalhadores Angolanos saúda o APE, uma vez que promove a transparência, a eficiência e os direitos laborais;
- As obrigações do APE exigirão mais transparência nas operações empresariais e ao nível estatal;
- Quer directa quer indirectamente, o APE abordará certas questões defendidas pelo sindicato dos trabalhadores, tais como questões de desemprego, encerramento de empresas, condições de trabalho, e assim por diante.

Alguns dos principais pontos da intervenção **de Francisca Fortes, representante da Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA)**, foram os seguintes:

- A FMEA começou com 200 membros associados, que se expandiram para 4.000 em 18 províncias de Angola. Procura promover mulheres empreendedoras e formas de reparação de obstáculos de género;
- A adesão de Angola ao APE abriria várias oportunidades para as exportações Angolanas para o mercado da UE;
- Ajudaria a aumentar a competitividade das empresas lideradas por mulheres, a maioria das quais são MPMEs, no mercado da UE. Mas para que isto aconteça efectivamente, as mulheres devem ter acesso a diversas formas de apoio;
- Muitas das empreendedoras são de facto chefes de família e principais provedoras para as suas famílias. Apoiá-las significaria sustentar as famílias e as comunidades;
- O SIFA poderá também ter efeitos positivos nas empresas lideradas por mulheres.

Dr. **Francisco Esteves, Instituto Politécnico Superior de Tecnologias e Ciências (ISPTEC)**, forneceu uma perspectiva do meio académico. Começou por apresentar um breve enquadramento histórico da economia de Angola:

- A dependência de Angola das exportações de petróleo e diamantes aconteceu depois da independência, há mais de 45 anos;
- Numa tentativa de mudar o modelo económico, Angola adoptou o socialismo nos anos 80. Consequentemente, as indústrias foram nacionalizadas e cooperativas agrícolas foram criadas;
- Pós-socialismo, Angola adoptou um sistema de economia de mercado mas não conseguiu construir um sector de produção forte, bem como a competitividade no sector privado. Em vez disso, a intervenção estatal manteve-se proeminente.

Em relação ao APE e ao SIFA e aos seus efeitos, o Dr. Esteves observou que:

- O APE proporcionará vantagens para o sector privado angolano e ajudará assim a reduzir o domínio do Estado na economia;
- As vantagens da adesão de Angola ao APE serão maiores do que as desvantagens. No entanto, a abertura do mercado e a diversificação da economia enfrentarão obstáculos a vários níveis, tais como a capacidade de produção;
- A adesão ao APE irá por si só restaurar a imagem de Angola como destino do IED, bem como ajudar a eliminar várias formas de questões do pós-guerra. Mas isto precisa de ser complementado com reformas: Angola deve diversificar e consolidar a sua economia; concentrar-se na industrialização; criar capacidade de produção; importar equipamento de capital; e melhorar o seu ambiente empresarial;
- Tendo reservas de petróleo, Angola deve produzir um vasto espectro de produtos petrolíferos de valor acrescentado em vez de os importar. A indústria petroquímica deve ser desenvolvida;
- As exportações agrícolas para a UE devem ser aproveitadas em alinhamento com as políticas e normas da UE. Para tal, devem ser identificadas e postas em prática formas de aumentar a qualidade dos produtos agrícolas de Angola, de modo a corresponder aos padrões de produtos da UE, e eventualmente competir no mercado da UE;
- Uma questão que deve ser abordada no APE é a liberalização da circulação de pessoas/trabalho;
- Em suma, o APE tem mais vantagens do que desvantagens.

Na sequência das intervenções dos membros do painel, foram discutidas várias **questões e comentários dos participantes**.

O **Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Café e Cacau em Angola**, observando que o café é um sector importante no país, comentou que a dependência do

petróleo não era sustentável e que a diversificação da economia angolana era essencial para corrigir as questões económicas de longa data do país. A adesão ao APE poderia ajudar a este respeito, mas apenas se fossem abordados alguns problemas básicos do sector agrícola, incluindo a organização da produção e a falta de educação e formação dos trabalhadores. Estes teriam de ser abordados a fim de melhorar a qualidade dos produtos e poder exportar para a UE. Apelou ao financiamento da UE para a diversificação, que deveria ser direccionada para sectores com potencial de exportação, sugerindo café, cacau, frutos tropicais e óleo de palma. Para desenvolver estes sectores, defendeu o planeamento estratégico, investimento e formas específicas de desenvolvimento de capacidades para empresários e formação de pessoal para impulsionar a produção de qualidade.

O **Embaixador de Portugal em Angola** observou que a competitividade resulta intrinsecamente da liberalização do mercado. Para Angola, seria crucial que a diversificação fosse executada estrategicamente (i) seleccionando os melhores produtos agrícolas, tais como café ou ananás, para projectos de exportação a longo prazo, que acabariam por construir uma marca Angolana; (ii) identificando os mercados mais adequados, regionais ou internacionais, para certas exportações; e (iii) investindo em sectores e empresas chave. Afirmou que a UE daria apoio a Angola neste esforço.

O líder da equipa do estudo acrescentou que o APE por si mesmo não desencadearia o desenvolvimento de sectores específicos. Em vez disso, o Acordo continuaria a assegurar a igualdade de condições onde todas as exportações de Angola para a UE beneficiariam de acesso isento de direitos/quotas. Para ser realmente benéfico, o APE teria de ser complementado por outras medidas para promover o desenvolvimento económico, incluindo a melhoria da capacidade do lado da oferta (inclusive para sectores específicos) e a remoção de barreiras à produção e comércio em Angola. Embora tais medidas não fizessem parte integrante do APE ou do SIFA, poderiam e deveriam ser desenvolvidas em ligação com estas, e ser apoiadas, por exemplo, por assistência técnica e financeira da UE e dos seus Estados Membros. A transferência de tecnologia e a inovação associadas a mais investimento da UE e de outros investidores estrangeiros desencadeados pelo SIFA também ajudariam a aumentar a competitividade das empresas Angolanas.

Um participante da **academia** perguntou que papel poderia desempenhar a academia no meio da mudança de paradigma que Angola ainda não experimentou, que barreiras os académicos enfrentam para expor as suas ideias e recomendações ao Governo, e qual era a opinião dos académicos presentes sobre os benefícios do APE e sobre a indústria petroquímica? Em resposta, o Dr. Esteves sublinhou que os académicos eram frequentemente excluídos dos diálogos chave com o Governo, e recomendou que tal fosse revertido. Sugeriu também um maior investimento na investigação académica para aumentar a capacidade de investigação.

Um representante do **Ministério da Indústria e Comércio** observou que, de acordo com alguns estudos, havia um desequilíbrio entre os efeitos positivos e negativos da adesão de Angola ao APE, sendo estes últimos mais consideráveis. Sugeriu que a SIA explorasse os efeitos potenciais da não adesão de Angola ao APE.

Dr. Esteves respondeu à pergunta sobre os possíveis resultados de Angola não aderir ao APE, referindo-se à balança comercial do país. Este explicou que, em qualquer caso, a balança comercial de Angola continuará a ser deficitária, quer adira ou não ao APE. No entanto, as ramificações da não adesão implicariam uma dependência perpétua das exportações de petróleo, com o sector petrolífero a operar isoladamente do resto da economia, e um monopólio de certos serviços e empresas. Por outro lado, os efeitos positivos encapsulariam uma economia diversificada, o acesso a novos mercados, e o crescimento económico. Além disso, a longo prazo, graças ao APE, Angola poderia reinventar o seu sector agro-industrial com produtos de valor acrescentado, e conseguir um ambiente empresarial mais saudável.

Recomendou também a formulação de políticas que apoiassem as actividades comerciais de Angola - não só para diversificar a sua economia em geral, mas também o sector petrolífero, construindo ligações entre o sector petrolífero e o resto da economia. Um exemplo foi a exploração da indústria das tintas e do plástico. A indústria petroquímica, como sector de capital intensivo, era promissora, mas ainda não tinha sido explorada. Salientou que a agro-indústria é um sector comercial estratégico que pode, pelo menos, melhorar a balança comercial de Angola.

O líder da equipa de estudo acrescentou ainda que, metodologicamente, a SIA compararia sempre as situações futuras de Angola com e sem adesão ao APE. Em termos de equilíbrio entre custos e benefícios, um problema consistia no facto de muitos dos custos serem de curto prazo e fáceis de quantificar, figurando assim de forma proeminente nos resultados do estudo. Inversamente, os benefícios são mais a longo prazo e difíceis de quantificar (tais como melhorias no ambiente empresarial, ganhos de produtividade e competitividade, etc.), e portanto mais difíceis de apresentar em estudos. Isto poderia levar à impressão de que os custos superavam os benefícios, embora tal não fosse o caso a longo prazo. Finalmente, advertiu também que os impactos do APE não devem ser sobre-interpretados: O desempenho económico de Angola depende de muitos factores, dos quais a decisão de aderir ou não ao APE é apenas um.

O Director do **Centro de Investigação Económica da Universidade Lusiana de Angola (Cinvestec)** solicitou informações sobre as fontes utilizadas para a SIA, uma vez que, por exemplo, os dados apresentados sobre a quota das exportações não petrolíferas e não diamantíferas eram diferentes dos dados reportados pelo banco central (BNA). A equipa do estudo respondeu que tinham sido utilizados dados AGT, mas também notou que a disponibilidade e fiabilidade limitadas dos dados eram questões sérias para o estudo, especialmente no que diz respeito às estatísticas não comerciais.

O Secretário de Estado do Planeamento, **Ministério da Economia e do Planeamento** concluiu a sessão comentando que o Governo está mais do que nunca empenhado em mudar o modelo económico e diversificar a sua actividade fora do sector do petróleo, por exemplo, desenvolvendo cadeias de valor agro-alimentar, tais como o café ou algodão. Salientou também que:

- O Governo está a trabalhar em iniciativas, tais como PRODESI ou "Made in Angola", para expandir e diversificar as exportações. Estas estratégias incluem também elementos para reduzir a importação de bens que podem ser produzidos internamente;
- Especificamente no que diz respeito ao APE, deve ficar claro para todos que isto tem vantagens. Por exemplo, evitará o choque para Angola da graduação do estatuto actual de PMA, ao manter o seu acesso livre de direitos/quotas ao mercado da UE. O acesso aos mercados externos dá um impulso às empresas para diversificarem a sua gama de produtos; neste contexto, sugeriu que os Acordos de Liberalização Comercial com outros parceiros comerciais também deveriam ser negociados;
- Em consenso com os comentários feitos pelos participantes de que Angola precisa de diversificar o seu sector petrolífero e desenvolver a indústria petroquímica, assegurou que tal está na agenda do Governo; por exemplo, está a ser construída uma refinaria;
- O Governo está também empenhado em reforçar as capacidades dos recursos humanos através de programas de formação específicos. A UE prometeu oferecer alguma forma de assistência neste sentido.

Em conclusão, convidou os participantes a partilhar as suas ideias e a fazer recomendações que possam ajudar o Governo a melhorar a sua estratégia e iniciativas comerciais nacionais, bem como a encontrar soluções pragmáticas para potenciais impactos negativos e barreiras que possam surgir à medida que Angola aderir ao APE.

4. Impactos económicos da adesão de Angola ao APE - conclusões iniciais

A última sessão do primeiro dia de seminário foi dedicada a uma discussão sobre os potenciais impactos económicos que a adesão de Angola ao APE UE-SADC poderia ter para o país. A sessão começou com uma apresentação das conclusões preliminares pela equipa de estudo.⁴

Conclusões preliminares da SIA do APE

A análise distingue diferentes tipos de impacto económico, incluindo impactos no comércio como resultado da liberalização ao abrigo do APE; impactos na economia em geral em Angola, e impactos na integração regional.

Impactos no comércio. Com base em simulações de modelos de equilíbrio parcial realizadas pela DG TRADE da Comissão Europeia, com o APE, as exportações totais de Angola seriam superiores em 21 milhões de euros do que sem o APE. Isto corresponde a 0,1% das exportações totais, o que é baixo devido à predominância das exportações de petróleo, que não são afectadas pelo APE; excluindo combustíveis minerais e diamantes, Angola exportará quase mais um terço para a UE do que como beneficiário do SGP, devido a preferências pautais adicionais. É também provável que o aumento simulado seja subestimado por uma série de razões: Em primeiro lugar, o modelo não pode captar a diversificação do comércio. Se não houver exportações de um produto na linha de base, por definição, o modelo não prevê exportações ao abrigo do APE. Em segundo lugar, o modelo apenas capta os aspectos pautais do APE, mas não as questões não pautais ou a assistência técnica e o apoio prestado. Terceiro, a perspectiva é a curto prazo - os efeitos dinâmicos decorrentes da transferência tecnológica, do aumento do financiamento da UE e do IED em Angola, que teriam efeitos colaterais e aumentariam a produtividade, não se reflectem nos resultados. E por último, os resultados dependem dos valores comerciais na linha de base. A fonte utilizada para as simulações foram os dados de importação da UE - mas os dados de exportação Angolana comunicados pela AGT ou pelo BNA são por vezes bastante diferentes.

Estima-se que as exportações da UE para Angola aumentem consideravelmente mais, entre 1.15 e 1.3 mil milhões de euros (ou seja, um aumento de 45-52%), dependendo do cenário específico, considerando diferentes gamas de produtos excluídos. Olhando para o total das importações de Angola do mundo, prevê-se um aumento de até 693 milhões de euros (7.1% das importações de base), que é composto pelo aumento das importações da UE em 1.3 mil milhões de euros e uma diminuição em relação ao resto do mundo. Como resultado do aumento limitado das exportações e do maior aumento das importações, o défice comercial bilateral de Angola com a UE irá aumentar.

O impacto do APE na economia Angolana, derivado dos resultados da modelização (ou seja, cobrindo apenas as alterações pautais) é limitado: a produção nos sectores exportadores aumentará apenas ligeiramente; inversamente, espera-se que o aumento da concorrência das importações da UE com a produção interna também não seja problema, excepto para muito poucos sectores, porque os tipos de produtos importados da UE não são produzidos em Angola. Na medida em que estes produtos são utilizados como insumos para a produção interna, as empresas Angolanas beneficiarão do APE através de preços mais baixos e, conseqüentemente, de uma maior produtividade e competitividade. Para os poucos sectores concorrentes de importação (como identificado no PRODESI), estes poderiam ser excluídos da liberalização.

⁴ Apresentações completas disponíveis em: <http://angola.fta-evaluation.eu/pt/consultations-pt/workshops-in-angola-pt>

Para além dos efeitos exclusivamente tarifários capturados no modelo, espera-se que a implementação do SIFA resulte em mais investimento, incluindo IDE, levando à transferência de tecnologia, maior produtividade e maior competitividade. Espera-se também que, no âmbito do APE, a UE e os seus Estados-Membros forneçam mais assistência aos sectores produtivos em Angola, o que ajudaria a reforçar a sua competitividade e produtividade. Em resultado destes factores, a longo prazo, esperam-se impactos mais positivos no PIB de Angola, embora estes não possam ser quantificados.

Espera-se um impacto negativo considerável nas receitas governamentais de até 300 milhões de euros (ou 13.9% dos impostos sobre o comércio externo). Esta estimativa não inclui, contudo, os efeitos indirectos positivos do APE decorrentes do aumento da cobrança de impostos internos.

O efeito da adesão de Angola ao APE sobre a integração regional não é claro em relação às estimativas do modelo, uma vez que o modelo não distingue os mercados africanos. Contudo, devido a regras de origem mais generosas ao abrigo do APE, as cadeias de valor regionais poderiam ser promovidas, na medida em que Angola seria capaz de exportar para a UE, ao mesmo tempo que utiliza insumos de outros países da SADC, e ainda beneficiar das preferências da UE. O facto de Angola não ser membro do Protocolo Comercial da SADC não foi considerado no estudo, mas pode ter um certo efeito na sua dinâmica e integração comercial regional após a adesão ao APE.

Opiniões da sociedade - intervenções dos membros do painel

Um painel composto por representantes empresariais e académicos forneceu comentários e opiniões complementares sobre os potenciais efeitos económicos da adesão de Angola ao APE UE-SADC.

De acordo com **Danilo Ventura, Secretário-Geral da Comunidade das Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola (CEEIA)**, o CEEIA considera o APE como uma revolução comercial entre a África e a UE, que irá gerar diversos benefícios para além dos da Convenção de Lomé, do TMA e de outros acordos comerciais já existentes entre os dois continentes. Os principais pontos da sua apresentação foram:

- Alguns dos números apresentados pela equipa do estudo poderão ser afectados pela covid-19 e por outros desenvolvimentos recentes, que teriam de ser tomados em consideração na interpretação dos dados;
- À medida que as negociações se desenrolam, o foco deve ser a forma de mitigar o conflito de interesses e aumentar os benefícios;
- A diversificação da economia e dos produtos de Angola será propícia ao seu sucesso;
- Em conformidade com o plano de desenvolvimento nacional, o Governo precisa de identificar e abordar as barreiras enfrentadas pela comunidade empresarial durante o período de transição do APE, e encontrar conjuntamente soluções práticas;
- A comunidade empresarial angolana precisa de criar capacidade para competir nos mercados internacionais;
- Sem o APE, algumas empresas angolanas já estão a exportar produtos agrícolas para o estrangeiro. Este é um testemunho de que existe procura de produtos angolanos nos mercados estrangeiros;
- O desenvolvimento sustentável deve incorporar os aspectos sociais e institucionais para benefícios a longo prazo.

Dr. **Heitor Carvalho do Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada de Angola (Cinvestec)** advertiu que:

- Com base no forte declínio de 30% do PIB Nominal de Angola em 2020 e -9% no primeiro semestre de 2021, Angola poderá não passar do estatuto de PMD para o de rendimento médio até 2024;
- As exportações de diamantes e petróleo diminuíram radicalmente em 22% em 2020 e 18% no primeiro trimestre de 2021. A produção de petróleo também diminuiu consideravelmente e, segundo as previsões, o petróleo de Angola estaria esgotado em 2032, mas na realidade, tal pode acontecer em 2030;
- A adesão ao APE afectaria negativamente a balança comercial.

Para refrear esta perspectiva negativa, as suas sugestões foram:

- O investimento era necessário e poderia ser facilitado pelo SIFA;
- As barreiras administrativas à importação de factores de produção deveriam ser eliminadas, uma vez que dificultam a competitividade dos produtores locais;
- Para dar tempo às indústrias nacionais para se adaptarem a mudanças como a eliminação de direitos aduaneiros no cenário do APE, deveria ser negociada com a UE uma redução gradual dos direitos aduaneiros - com uma abordagem tão gradual o APE teria efeitos positivos, uma vez que as empresas Angolanas aumentariam a sua competitividade;
- Uma abordagem selectiva das regras económicas é crucial uma vez que nem todas as normas da UE podem ser adaptadas à realidade de Angola. A ênfase deve ser colocada na viabilidade e compatibilidade;
- Para melhorar a produção interna angolana, a UE deveria prestar um apoio substancial a actividades e infra-estruturas; e
- A luta contra a corrupção a níveis transversais deve ser reforçada.

Concluiu afirmando que a própria APE não era demasiado importante para o desenvolvimento de Angola, mas que a sua combinação com o SIFA era crucial, porque Angola precisa de melhorar o seu clima de investimento, o que beneficiaria em particular os pequenos investidores.

Pedro Bequengue, Membro da Associação dos Despachantes Oficiais de Angola (CDOA), comentou que:

- O APE facilitaria o comércio entre Angola e a UE. A este respeito, o objectivo do APE de facilitar o comércio era essencial;
- As negociações dos APE deveriam considerar produtos que pudessem beneficiar de reduções pautais ou da cobrança de direitos;
- As barreiras às importações, especialmente os insumos, deveriam ser eliminadas para permitir às empresas locais competir e prosperar;
- Embora se esperasse um aumento das actividades comerciais entre a UE e Angola, as associações comerciais deveriam trabalhar num esforço concertado para impulsionar a posição, oportunidades e benefícios comerciais de Angola.

José Severino, Presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), reflectiu sobre a concorrência entre as exportações da UE e as exportações da China para Angola, e sugeriu que a UE deveria concentrar-se nas exportações para Angola onde tem uma vantagem comparativa, em vez de competir com os exportadores Chineses e outros exportadores Asiáticos de forma mais ampla. O resultado seria mais benéfico tanto para a UE como para Angola. Outras recomendações implicariam:

- Abordar as intermediações dispendiosas que amplificam o custo de produção de Angola, tais como o tempo e os custos administrativos envolvidos no desalfandegamento das importações de Angola da UE;
- Deter o IVA de 14% sobre as importações de maquinaria e equipamento industrial de Angola, especialmente à luz da depreciação monetária, da mesma forma que o IVA sobre o equipamento agrícola foi removido;

- De uma perspectiva mais geral, as transferências de custos, incluindo do IVA, para os consumidores devem ser tidas em conta;
- Retomar a posição de Angola como exportador de gás;
- Promover e apoiar as exportações de Angola para a região (não apenas para a UE, dado o elevado nível de concorrência no mercado da UE);
- Introduzir ou reforçar a aplicação de medidas de facilitação do comércio e de apoio às empresas (estas últimas incluindo, por exemplo, o acesso ao crédito);
- Importar conhecimentos e competências estrangeiras, atraindo peritos experientes em comércio internacional para se estabelecerem em Angola e ajudar o país a reforçar a sua capacidade como actor nos mercados globais;
- Abordar a evasão fiscal, a fim de estabelecer uma arena comercial legal que beneficie Angola;
- Solicitar o apoio da UE para aumentar a capacidade de controlo marítimo de Angola e resolver as perdas no mar;
- Atrair os bancos europeus para a criação de sucursais em Angola, com vista a proporcionar investimento estrutural;
- Facilitar os processos e condições de solicitação de vistos para investidores e turistas;
- O apoio da UE à indústria energética Angolana aumentaria a capacidade de produção e a competitividade;
- A cooperação UE-Angola deve ser holística, com dimensões sociais e ambientais subjacentes.

Em conclusão, considerou que a abordagem recíproca no âmbito do APE (onde ambas as partes abrem os seus mercados) seria justa, e levaria também a uma maior competitividade das empresas de Angola. Em contrapartida, a proibição de certas importações, tal como previsto no PRODESI, conduziria a uma perda de competitividade.

Perguntas e comentários dos participantes

Um representante do **Ministério da Indústria e Comércio** perguntou qual seria o prazo adequado para a liberalização de produtos sensíveis. Heitor Carvalho respondeu que as discussões técnicas com as partes interessadas ainda não tinham abrangido qualquer prazo estabelecido para a liberalização, embora isto tivesse de ser debatido durante as negociações.

O líder da equipa de estudo acrescentou que os cenários na análise da SIA se baseavam nos impactos resultantes no final do período de transição da adesão de Angola ao APE. Na prática, haveria normalmente 2 ou 3 grupos de produtos: para alguns, os menos sensíveis (tais como os insumos necessários aos produtores nacionais que não são produzidos internamente nem proporcionam receitas aduaneiras consideráveis), os direitos aduaneiros poderiam ser eliminados no momento da adesão; para os produtos sensíveis, seriam necessários períodos de transição para eliminar gradualmente os direitos aduaneiros; e os produtos mais sensíveis seriam completamente excluídos da liberalização. Ao abrigo do APE, as partes da SADC negociaram diferentes categorias de produtos com diferentes calendários de redução gradual, atingindo até dez anos.

Um participante do **sector privado** perguntou sobre a possibilidade de ter uma unidade dedicada a nível da UE que supervisionaria e aceleraria a implementação do APE.

Em resposta às dúvidas de Heitor Carvalho sobre a graduação de Angola no estatuto de PMA, o Secretário de Estado do Planeamento, **Ministério da Economia e do Planeamento** explicou que a moratória da ONU tinha sido concedida até Fevereiro de 2024, e que as organizações multilaterais já estavam a considerar Angola como um país de rendimento médio; como tal, o Governo faria tudo para evitar outra moratória. O compromisso de graduação era também independente da diversificação bem-sucedida do

do sector petrolífero no país, embora o Governo estivesse a trabalhar com as partes interessadas para realizar também este objectivo.

SEGUNDO DIA - IMPACTOS INSTITUCIONAIS, SOCIAIS, DE DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAIS DA ADESÃO DE ANGOLA AO APE UE-SADC

1. Questões Institucionais Relacionadas com a Adesão de Angola ao APE: Capacidade de Implementação e Necessidades de Assistência

Conclusões preliminares da SIA

O perito em questões institucionais da equipa de estudo, Manuel Alberto, apresentou as formas como a análise da SIA foi conduzida para avaliar as capacidades institucionais/administrativas de Angola na implementação do APE. A análise está ainda na sua fase inicial, mas é no entanto muito importante para a implementação do APE. Por exemplo, como Angola reduz os seus direitos aduaneiros para as importações da UE, tem de assegurar que apenas as importações da UE beneficiam destas preferências (mas não as importações de outros fornecedores). Sem instituições fronteiriças eficazes, os negociadores poderiam facilmente minar o sistema através de fraude de origem, ou seja, alegando que as mercadorias provêm da UE, quando não. Do lado da exportação, tendo instituições acreditadas e fiáveis que certificam os produtos de exportação, poderiam acelerar os processos comerciais.

Contribuições dos membros do painel

Amaya Olivares da Delegação da UE em Angola apresentou uma breve panorâmica da relação bilateral de longa data entre Angola e a UE, e as medidas que levaram Angola a solicitar a adesão ao APE UE-SADC. Em seguida, esta deu alguns exemplos das formas de assistência que a UE já está a canalizar para Angola:

- Capacitação institucional através do projecto Train4Trade, implementado pela UNCTAD, para ajudar em termos de facilitação do comércio, empreendedorismo, etc.
- Apoio ao sector informal através da assistência à criação de cadeias de valor agrícola, por exemplo;
- Assistência à formação profissional e programas educativos em diversos domínios;
- Promover a parceria com as autoridades e instituições Angolanas.

Na perspectiva da UE, a adesão de Angola ao APE, ao SIFA e à assistência técnica constituem um pacote único.

Sublinhou que o SIFA com Angola constituiria um marco importante, pois seria o primeiro acordo de facilitação de investimento que a UE está a negociar com África. A partir do SIFA, muitas oportunidades se desdobrariam, nomeadamente uma melhoria do clima de negócios/investimento de Angola permitindo uma maior transparência e previsibilidade.

Da mesma forma, o APE ajudaria a reforçar a posição de Angola como parceiro comercial. A Sra. Olivares declarou que a UE está consciente dos desafios que Angola pode enfrentar no âmbito do APE. Assim, não havia dúvidas de que a UE iria alargar o apoio técnico para ajudar Angola a alcançar os seus objectivos ao abrigo do APE e para além deste. De facto, o actual programa de apoio abrange uma série de áreas de apoio, tais como diversificação da economia; construção de resistência contra as mudanças climáticas; melhoria do ambiente empresarial; evolução para uma economia circular; reforço do Estado de direito; e construção do desenvolvimento humano e reforço das capacidades dos recursos humanos. Outras áreas prioritárias de apoio da UE são o envolvimento com o sector privado; digitalização e tecnologias para acelerar os serviços públicos, especialmente em tempos de pandemia; e a integração das mulheres na economia e a níveis transversais.

Embora todas estas áreas de apoio contribuíssem para uma implementação harmoniosa do APE, a Comissão apelou ao Governo para que considerasse quais as áreas mais necessárias tendo em vista o APE. Por meio do diálogo entre o Governo e a UE, estas áreas passariam então a fazer parte do acordo negociado.

Olivares concluiu expressando a sua esperança numa colaboração aprofundada entre a UE e Angola, especialmente face aos novos desenvolvimentos que emanarão dos dois acordos.

A apresentação de **Terêncio António, Ministério da Indústria e Comércio**, começou com uma revisão do nexos entre as questões relacionadas com os APE e o Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola. Informou que estavam a ser organizadas reuniões técnicas a nível ministerial para sondar vários aspectos do APE e os seus potenciais impactos nas capacidades institucionais de Angola. Quanto ao calendário para a liberalização pautal, observou que ainda eram necessárias mais discussões e uma melhor compreensão. A nível do Ministério da Indústria e Comércio, em parceria com a UNCTAD, foi encomendado a uma entidade privada um estudo de impacto sobre a vulnerabilidade. As conclusões preliminares desse estudo tinham indicado que o APE implicaria desvantagens consideráveis para Angola. Observou também que algumas das conclusões do APE apresentadas no seminário mostraram algumas desvantagens para Angola.

Numa nota positiva, saudou as mudanças e benefícios que resultariam dos dois acordos. Sublinhou a necessidade de consolidar estratégias e abordagens institucionais para implementar com sucesso os acordos. Tal exigiu uma análise conjunta envolvendo todos os organismos governamentais relevantes, bem como um roteiro como base para as negociações de adesão aos APE.

Em termos de questões administrativas e institucionais, salientou que os Estados-Membros da UE estavam muito mais desenvolvidos do que Angola. Consequentemente, seria necessário um apoio abrangente ao desenvolvimento de capacidades. Embora isto precisasse de ser determinado com base num estudo aprofundado, as áreas sugeridas para o desenvolvimento de capacidades nacionais poderiam englobar as seguintes:

- Aplicação das regras de origem, em particular verificação da origem e deteção da fraude de origem;
- Implementação de instrumentos de defesa comercial (*anti-dumping*, anti-subsídios) - observando que estava em vias de ser criado um comité nacional de defesa comercial;
- Acreditação de laboratórios nacionais para a certificação de produtos - embora isto faça parte do projecto Train4Trade, a formação realizada até à data não tinha sido suficiente;
- Sistemas de rastreabilidade de produtos nacionais destinados à exportação para o mercado da UE,
- Reformas estratégicas a níveis transversais para facilitar a implementação dos APE.

Discussão em plenário

Na sequência das intervenções dos membros do painel, foram discutidas várias **questões e comentários dos participantes**.

Um participante do **sector privado** sublinhou a necessidade de dismantlar as barreiras comerciais a nível nacional para atrair IDE, bem como os estrangeiros para abrir empresas em Angola. Tais políticas internas seriam necessárias de qualquer forma, mas seriam apoiadas pelo APE e pelo SIFA.

Um participante da **ISPTEC** perguntou se os académicos tinham sido convidados a participar nas discussões no âmbito dos estudos técnicos. Terêncio António do **Ministério**

da Indústria e Comércio respondeu que as avaliações transmitidas no quadro das negociações de Angola sobre o Acordo da Zona do Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) envolveram académicos que contribuíram ricamente. Foram também solicitados, juntamente com outros interessados, a contribuir para a avaliação do impacto da vulnerabilidade mencionada anteriormente, bem como para a SIA. Partilhou também que a criação de um grupo multi-sectorial, composto por vários ministérios, sector privado, sociedade civil, académicos e peritos nacionais, estava em preparação. Outro **participante do sector privado** também sublinhou a necessidade de reforçar o envolvimento com os intervenientes privados, associações, e correctores em particular, que dominam os procedimentos e dinâmicas comerciais.

Um comentador da **Cinvestec** levantou preocupações sobre problemas em curso no domínio da certificação de produtos, tais como atrasos nos testes, o que impede efectivamente as exportações. Perguntou até que ponto o sistema estaria efectivamente operacional na altura da adesão de Angola ao APE. Um representante do **Ministério da Indústria e Comércio** respondeu que existe de facto um laboratório nacional funcional para análise e controlo de qualidade, mas acrescentou que enquanto se registam progressos no que diz respeito à qualidade e rapidez da prestação de serviços, ainda há margem para melhorias.

Vários participantes salientaram a necessidade de reforço da capacidade institucional em relação à implementação de acordos comerciais e à facilitação do comércio em geral. Amaya Olivares da **Delegação da UE** declarou que Angola deve reforçar a sua capacidade a nível de corte transversal. Sublinhou o período progressivo de 3 anos que assegurará a graduação de Angola para um estatuto de rendimento médio em 2024, e disse que as fases de antes e depois da graduação proporcionarão um tempo alargado para Angola implementar as reformas necessárias em paralelo com e em apoio à implementação do APE. Reiterou que a UE está pronta a prestar assistência.

O Coordenador Nacional da **UNCTAD** para o projecto Train4Trade acrescentou informações sobre o projecto. Explicou que a formação de capacitação compreende múltiplas componentes, incluindo investimento político, diplomacia comercial, logística e transportes, entre outras. Informou também que foi também criada uma formação online sobre facilitação do comércio. Finalmente, observou que a UNCTAD solicita sempre aos académicos que contribuam para as suas análises de estudo, o que é extremamente útil.

2. Impacto na Sustentabilidade Ambiental & Recursos Naturais

Conclusões preliminares da SIA

A segunda sessão começou com uma apresentação do líder da equipa de estudo da SIA. Advertiu que a análise da sustentabilidade ambiental da adesão de Angola ao EPA e ao SIFA não deveria ser confundida com uma auditoria ambiental em Angola, mas sim uma análise focalizada dos potenciais efeitos positivos e negativos que a implementação dos dois acordos poderia ter no país. A análise abrange oito áreas de impacto diferentes: Emissões de gases com efeito de estufa e mudanças climáticas; qualidade do ar; utilização de energia; qualidade e recursos hídricos; utilização do solo e qualidade dos solos; gestão de resíduos e desperdícios; biodiversidade; e serviços ecossistémicos e áreas protegidas.

Algumas das conclusões preliminares são:

- Para 3 das 8 áreas de impacto, a vulnerabilidade actual de Angola é elevada: qualidade e recursos hídricos, mudanças climáticas e ameaças à biodiversidade. Tal significa que mesmo pequenos impactos negativos potenciais do APE nestas áreas devem ser evitados ou atenuados;
- Angola desenvolveu um quadro legislativo e regulamentar ambiental louvável, mas a capacidade de implementação é limitada;

- Angola ratificou 8 das 19 convenções internacionais (relevantes para o comércio) sobre questões ambientais. Uma vez que não cumpriu os requisitos de relatórios regulares, pode enfrentar novas pressões para o fazer ao abrigo do APE. Embora o APE não exija que Angola ratifique acordos internacionais adicionais, por uma questão de coerência política, Angola pode ser encorajada a fazê-lo;
- Como se espera que os efeitos económicos globais sejam limitados, também o são os impactos ambientais que são causados pelas mudanças económicas;
- Espera-se um pequeno aumento potencial na produção/exportação de produtos agro-alimentares e pescas - em resposta, é importante assegurar que tal aumento não resulte num aumento adicional da desflorestação ou sobre-exploração das águas de pesca;
- Espera-se que a diversificação da economia de Angola apoiada pelo APE contribua para a diminuição da produção petrolífera. Tal pode aliviar positivamente a pegada de carbono de Angola ligada à exploração petrolífera;
- O APE poderia proporcionar oportunidades para uma produção mais ecológica, como na silvicultura verde e na pesca sustentável.

Contribuição do panelista

Clinton Matias do Conselho de Jovens Activistas Africanos (CAYA) observou que em Angola, sendo um país em desenvolvimento, a agricultura continua a ser um dos maiores sectores, principalmente para consumo interno, enquanto a pesca proporciona um meio de subsistência para muitos. De uma perspectiva económica, ele acreditava que um impulso nas actividades comerciais em Angola ao abrigo do APE poderia dar um impulso à produção artesanal, actividades agrícolas, melhoria das infra-estruturas, poder de compra, etc. Inversamente, o APE poderia ter efeitos prejudiciais sobre o ambiente, e agravar problemas enraizados como a desflorestação, se a legislação nacional correspondente não seja respeitada.

Observou, contudo, que a legislação ambiental existente em Angola é boa. Angola poderá, assim, ser capaz de lidar com as potenciais ameaças ambientais que poderão surgir do aumento da actividade económica, incluindo nos sectores florestal, das pescas e agrícola, que poderão ser desencadeadas pelo APE. Explicou que a legislação já sublinha:

- A reparação dos danos ambientais e a utilização de não-poluentes;
- Uma licença ambiental necessária para projectos de produção não social em grande escala, que é também um termo de acesso a empréstimos;
- A licença ambiental só é concedida após uma avaliação ambiental ter sido realizada por uma empresa de consultoria ambiental acreditada pelo Ministério do Ambiente e da Agricultura;
- Um dos principais aspectos da avaliação é a gestão de resíduos;
- Existem inúmeras políticas ambientais para supervisionar a produção agrícola, silvicultura, pescas e mesmo a exploração petrolífera.

De acordo com Clinton Matias, o APE impulsionaria Angola a reforçar as suas capacidades e recursos humanos, e a adoptar um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Concluiu afirmando que qualquer acordo comercial contemplado pelo Governo deveria ser adaptado à realidade de Angola.

Discussão Plenária

Na sequência da intervenção do painelista, foram discutidas **questões e comentários dos participantes**.

Um **participante do sector privado e agrícola** comentou a gravidade da desflorestação em Angola, particularmente ligada à produção de carvão vegetal, que apesar da legislação ambiental em vigor, é insuficientemente controlada. Sublinhou também os efeitos adversos das mudanças climáticas globais que já estão a ser sentidos em Angola. A sua pergunta

foi como é que o APE proporcionaria um quadro e uma forma de transferência de conhecimentos para fazer face a este tipo de desastres ecológicos. **Clinton Matias** respondeu que Angola já dispunha de legislação ambiental abrangente, mas que na realidade a capacidade de implementação era limitada, tendo um impacto negativo na aplicação. Sugeriu que Angola deveria primeiro compreender a sua situação ambiental actual, incluindo fraquezas e riscos antes de entrar nas negociações de adesão ao APE, a fim de desenvolver as necessidades de assistência a ser prestada ao abrigo do APE em relação aos riscos ambientais.

3. Impacto social e nos direitos humanos da adesão de Angola ao APE

Conclusões preliminares da SIA

A análise e os resultados preliminares relativos ao **impacto social** da adesão de Angola ao APE foram apresentados pela perita em questões sociais da equipa de estudo da SIA.⁵ Começou por delinear a metodologia utilizada para a análise, o que implicou um estudo preliminar da situação actual em Angola em áreas do mercado de trabalho, por exemplo, a taxa de participação laboral, as estatísticas de taxas e desemprego, para citar algumas. Explicou que estes dados eram cruciais para analisar os efeitos da criação de emprego como resultado do aumento do comércio e do investimento na sequência da implementação dos acordos comerciais. A situação actual pode ser resumida da seguinte forma:

- Os empregos informais representam mais de 70% do emprego total - Os efeitos dos acordos comerciais poderiam desencadear mais empregos formais;
- O nível de pobreza é de 40% - A criação de empregos e o aumento potencial dos rendimentos poderia aliviar a pobreza;
- Normas laborais - Angola ratificou todas as 8 convenções fundamentais da OIT - o APE não gera a obrigação de ratificar convenções adicionais;
- Trabalho infantil - 20% das crianças entre os 5 e 17 anos de idade trabalham em Angola. Graças a novos desenvolvimentos e benefícios do aumento do comércio e investimento, a taxa de trabalho infantil pode potencialmente diminuir;

No que diz respeito aos efeitos potenciais do APE, as conclusões preliminares são:

- Como se espera que os efeitos económicos do APE sejam limitados, os efeitos sociais também serão limitados;
- A extensão da dinâmica comercial dependerá da capacidade de produção de Angola, que por si só depende do nível de competências e conhecimentos dos trabalhadores à medida que estes se empenham em novas dinâmicas de produção e empregos;
- Um aumento das importações da UE para Angola, mas também uma maior produção interna de bens variados, mais seguros e de qualidade, poderá beneficiar os consumidores;
- O aumento das exportações de Angola para a UE de produtos agrícolas produzidos por agricultores das zonas rurais pode gerar mais rendimentos e aliviar a taxa de pobreza nestas zonas;
- O APE estipula certas obrigações, tais como o cumprimento de convenções já ratificadas. Angola poderia assim enfrentar pressões para implementar mais eficazmente as convenções da OIT sobre normas laborais, incluindo a abolição do trabalho infantil.

Para complementar a análise geral do impacto social e dos direitos humanos, será preparado um estudo de caso sobre o trabalho infantil e os direitos das crianças em Angola como parte da SIA. O apresentador encorajou os participantes a fornecer informações

⁵ Apresentações completas disponíveis em: <http://angola.fta-evaluation.eu/pt/consultations-pt/workshops-in-angola-pt>

adicionais e dados desagregados para ajudar a consolidar as análises da SIA, bem como os potenciais resultados e recomendações.

As conclusões preliminares da SIA sobre os **potenciais efeitos do APE na situação dos direitos humanos** em Angola foram apresentadas pelo líder da equipa de estudo do APE. Os principais pontos levantados foram:

- Embora a ratificação de novas convenções não seja exigida ao abrigo do APE, as que foram ratificadas devem ser implementadas. Neste contexto, é de notar que Angola ratificou 7 das 9 convenções fundamentais sobre direitos humanos;
- Canalizado através do impacto económico do APE, espera-se um impacto geral pouco significativo no gozo dos direitos humanos em Angola;
- Com base numa análise dos efeitos do APE sobre direitos humanos específicos, os quatro direitos humanos que podem ter um possível impacto são o direito à água e à saúde (associados aos efeitos potenciais sobre a poluição e, portanto, abordados como parte da análise ambiental), o direito à propriedade, e o direito à alimentação.

Contribuições dos membros do painel

Carlos Pacatolo, sócio Gerente da Ovulongwa Consulting e representante da AfroBarometer, referindo-se a estatísticas que retratam a situação social actual de Angola, iniciou a sua intervenção informando que os indicadores sociais do país não eram positivos em termos de taxa de desemprego; empregos informais; e uma elevada taxa de pobreza multidimensional de 54% (88% nas zonas rurais e 35% nas zonas urbanas). Estes problemas cruzam-se ainda mais e exacerbam outras questões de desnutrição, privação de direitos e cidadania, baixa educação, etc., que se acentuam nas zonas rurais. Com base no estudo AfroBarometer de 2019, verificou-se que o nível de privação se situava a uma média espantosa de 35%.

Para mitigar quaisquer potenciais impactos sociais negativos do APE, bem como para capitalizar os positivos, salientou a importância da implementação de certas medidas. Estas incluem as seguintes:

- Acelerar a diversificação da economia e aumentar a competitividade de sectores económicos chave com vantagens comparativas para competir estrategicamente no mercado da UE;
- Assegurar que os lucros do aumento das dinâmicas comerciais e de investimento sejam também sentidos pelos mais pobres;
- Aumentar as capacidades dos recursos humanos para se envolverem em novos desenvolvimentos económicos, por exemplo, ser capazes de aceitar empregos com um nível crescente de mecanização na agricultura;
- Promover o empoderamento das mulheres a níveis transversais;
- Encorajar a criação de empregos formais em vez de informais;
- Consolidar a capacidade institucional e aplicar leis para combater a desflorestação, a pesca excessiva e a pesca ilegal, bem como outras práticas insustentáveis e prejudiciais e para reforçar o respeito pelas normas laborais, por exemplo, a eliminação do trabalho infantil;
- Aumentar as capacidades de controlo marítimo.

De acordo com **Filomena Oliveira, Vice-Presidente da Associação Angolana de Empresas de Publicidade e Marketing (AAEPM)**, os benefícios de Angola aderir ao APE UE-SADC devem ser partilhados equitativamente entre as partes, bem como dentro de Angola. Notando que mais de metade de todos os angolanos que vivem na pobreza, era essencial uma distribuição equitativa dos benefícios do APE. Sublinhou também a necessidade de envolver académicos Angolanos - que têm um conhecimento profundo dos desafios reais enfrentados pelos Angolanos - no processo para assegurar que os interesses dos angolanos sejam expressos.

Em termos dos riscos potenciais decorrentes do APE em termos de direitos humanos e questões sociais em Angola, observou que o trabalho infantil é ainda fortemente explorado no país, incluindo na produção de bens para exportação; do mesmo modo, produtos que beneficiam de práticas corruptas e ilegais estão a ser exportados, incluindo para a Europa. Por conseguinte, seria necessário assegurar que, ao abrigo do APE, qualquer aumento das exportações de produtos efectuadas em tais situações seria evitado. Ao mesmo tempo, o APE teria de ter em conta as diferenças conceptuais entre as partes impulsionadas pelo contexto local. Por exemplo, a UE tem uma definição mais ampla do que Angola do que constitui trabalho infantil.

Para as negociações de adesão, esta recomendou que:

- O contexto específico de Angola seja considerado, ou seja, é um país em desenvolvimento altamente dependente do hemisfério sul com um passado colonial;
- Angola deve criar a sua própria identidade, independente/definida pela hegemonia oriental ou ocidental;
- Deve ser procurado apoio da UE em termos de financiamento, incluindo empréstimos com juros zero;
- As exportações Angolanas devem ser protegidas da perda repentina de contratos para outros mercados mais competitivos (tal como um incidente em que a UE transferiu a exportação de citrinos da África do Sul para o MERCOSUL, o que implicou repercussões para os produtores da África do Sul).

Numa nota final, Filomena Oliveira afirmou que se os dois acordos se basearem em ganhos iguais, poderão ser um salto revolucionário para Angola a níveis transversais, com benefícios sociais claros.

Discussão na Plenária

Um participante comentou sobre a variedade de desafios enfrentados pelos agricultores, tais como o acesso restrito ao crédito e o elevado custo de produção, por exemplo, devido a fertilizantes caros e outros insumos agrícolas, que depois tornam os produtos finais como as conservas de tomate muito caros. Perguntou **até que ponto as exportações agrícolas de Angola iriam competir de forma realista no mercado da UE**. Filomena Oliveira salientou que um problema chave é a falta de colaboração a nível ministerial: os ministérios e agências trabalham em silos, muitas vezes sobre questões sobrepostas, em vez de coordenarem capacidades e acções. As suas conclusões e recomendações foram:

- Há uma clara necessidade de melhorar as capacidades de produção agrícola e os recursos humanos;
- Os agricultores devem integrar cooperativas polivalentes a níveis transversais de produção para assegurar que os recursos beneficiem as comunidades em geral;
- A responsabilização do sistema jurídico precisa de ser reforçada para proteger os direitos e interesses dos agricultores locais;
- Os contratos com os agricultores devem ser celebrados antecipadamente para culturas específicas, antes da produção;
- É necessário aumentar os rendimentos dos trabalhadores agrícolas que trabalham em condições extremas com equipamento deficiente;
- Os bancos cooperativos e de desenvolvimento, mesmo os estrangeiros, devem ser encorajados a estabelecer sucursais em Angola para resolver as barreiras financeiras enfrentadas pelos agricultores, empresas e trabalhadores do sector agrícola; e
- O roteiro para o desenvolvimento agrícola deve ser implementado

Estas medidas teriam de ser tomadas independentemente da adesão ao APE, para que este último fosse benéfico para o sector agrícola angolano.

Um representante do **Ministério da Indústria e Comércio** perguntou como a adesão aos APE poderia encorajar as autoridades nacionais a abordar as questões dos direitos humanos em Angola. O perito social da equipa da SIA declarou que a UE não introduziria quaisquer novas normas baseadas no seu próprio entendimento dos direitos laborais para, por exemplo, o trabalho infantil, nem obrigaria à ratificação de outras convenções. Pelo contrário, as normas laborais e a definição de trabalho infantil seriam consideradas à luz das convenções existentes da OIT/ONU que Angola já ratificou. O que interessa à UE é o nível de adesão de Angola e a implementação das medidas estipuladas nas convenções que já ratificou. Recordou que Angola tinha ratificado duas convenções fundamentais da OIT relacionadas com o trabalho infantil (N.º 138 e 182), que resumem o seu compromisso de eliminar progressivamente o trabalho infantil.

O líder da equipa do estudo saudou as opiniões críticas e declarou que, no que diz respeito a questões de direitos humanos, incluindo o trabalho infantil, os consumidores da UE têm certas expectativas sobre a ética dos produtos que consomem. Além disso, tanto a UE como cada vez mais países da UE estão a considerar ou a introduzir leis sobre a cadeia de fornecimento para assegurar que as empresas da UE ou as que externalizam instalações de produção/fornecimento do estrangeiro, cumpram determinadas normas laborais e ambientais ao longo de toda a cadeia de fornecimento. Com estas expectativas e desenvolvimentos a terem lugar independentemente do APE, os exportadores angolanos terão de assegurar o cumprimento destas normas com ou sem o APE. No entanto, o APE está a dar a Angola uma oportunidade de dialogar sobre múltiplas questões, em vez de estar na extremidade receptora.

4. Sessão de Encerramento

O líder da equipa do estudo indicou que o estudo SIA estava na fase da realização das consultas com as associações e outras partes interessadas visadas. Reiterou o convite aos participantes para transmitirem as suas opiniões por correio electrónico ou através do website <http://angola.fta-evaluation.eu> bem como para completarem o inquérito *online* até 15 de Agosto de 2021.⁶ Informou que o relatório do seminário seria publicado em Setembro de 2021.

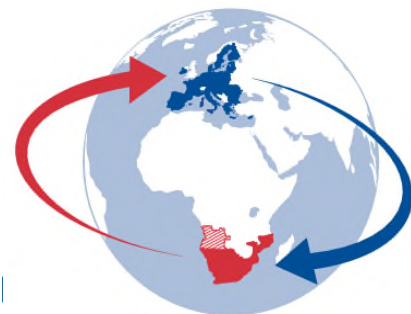
Para concluir, agradeceu a todos os membros do painel e participantes pelas suas contribuições vitais, à equipa organizadora que tornou possível o seminário híbrido, bem como aos intérpretes e ao moderador.

⁶ <https://ec.europa.eu/eusurvey/runner/AngolaSIA?surveylanguage=PT>.

Anexo A: Agenda do Seminário



Avaliação de impacto da sustentabilidade em apoio às negociações da UE com Angola para adesão ao APE UE-SADC



Consulta abrangente em Angola sobre o Acordo de Parceria Económica

Palmeiras Suite Hotel, Luanda, e Zoom, 21 & 22 Julho de 2021

Programa

21 Julho de 2021

Hora	Actividade
9:00 – 9:30	<i>Registo e Boas Vindas</i>
9:30 – 9:50	Declarações de abertura <ul style="list-style-type: none">• Jeannette Seppen, Embaixadora, Delegação da União Europeia em Angola• Milton Perménio dos Santos Reis, Secretário de Estado para o Planeamento, Ministério da Economia e Planeamento – MEP Moderador: Manuel Alberto, membro da equipe de pesquisa
9:50 – 10:20	Introdução <p><u>Contexto: O APE UE-SADC e negociações sobre a adesão de Angola</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Derk Bienen, líder da equipe de pesquisa <p><u>Introdução ao SIA e workshop</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Derk Bienen, líder da equipe de pesquisa• Perguntas & Respostas
10:20 – 11:30	Potencial adesão de Angola ao APE UE-SADC: pontos de vista da sociedade <ul style="list-style-type: none">• Apresentações dos painelistas:<ul style="list-style-type: none">○ Vicente Francisco Soares, Presidente do Conselho de Direcção, Câmara de Comércio e Indústria de Angola – CCIA○ Bernardo Miranda, Secretário Geral, Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Portuários, Ferroviários e Afins de Luanda, e União Nacional de Trabalhadores de Angola – UNTA-CS○ Francisca Fortes, Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola – FMEA○ Francisco Esteves, Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências – ISPTEC• Discussão
11:30 – 11:40	<i>Pausa para o café</i>

Financiador:



Projecto financiado pela União Europeia. As opiniões expressas neste documento não representam as opiniões da Comissão Europeia ou do Governo de Angola.

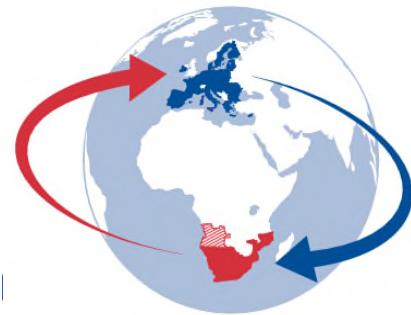
Organização:



BKP ECONOMIC ADVISORS GMBH
JUTASTRASSE 14. 80636 MUNICH. ALEMANIA
E-MAIL: SIA@BKP-ADVISORS.COM
WWW.BKP-ADVISORS.COM



Avaliação de impacto da sustentabilidade em apoio às negociações da UE com Angola para adesão ao APE UE-SADC



Consulta abrangente em Angola sobre o Acordo de Parceria Económica

Palmeiras Suite Hotel, Luanda, e Zoom, 21 & 22 Julho de 2021

11:40 – 12:55 **Impactos económicos da adesão de Angola ao APE - conclusões iniciais**

- Apresentação pela equipe de pesquisa
- Comentários
 - José Severino, Presidente, Associação Industrial de Angola – AIA
 - Danilo Ventura, Secretario Geral, Comunidade de Empresas Exportadores e Internacionalizadas de Angola – CEEIA
 - Heitor Carvalho, Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada de Angola – Cinvestec
- Discussão

12:55 – 13:00 **Conclusão do 1º dia e perspectivas para o 2º dia**

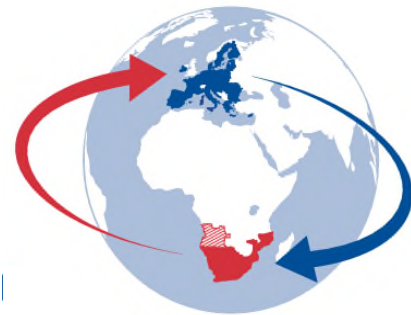
Equipe de Pesquisa

22 Julho de 2021

Hora	Actividade
9:00 – 9:30	<i>Registo e Boas Vindas</i>
9:30 – 9:35	Visão geral do workshop do 2º Dia <ul style="list-style-type: none">• Derk Bienen, Líder da equipe de pesquisa Moderador: Manuel Alberto, membro da equipe de pesquisa
9:35 – 10:20	Capacidade de implementação e necessidades de assistência técnica <ul style="list-style-type: none">• Apresentação pela equipe de pesquisa• Comentários<ul style="list-style-type: none">◦ António Pombal, Director, Direcção Nacional para Integração, Cooperação e Negocios Internacionais Ministério da Economia e Planeamento – MEP◦ Isabel Emerson, Delegação da União Europeia em Angola◦ Câmara dos Despachantes Oficiais de Angola – CDOA [tbc]• Discussão
10:20 – 11:10	Impacto na sustentabilidade ambiental e recursos naturais <ul style="list-style-type: none">• Apresentação pela equipe de pesquisa• Comentários<ul style="list-style-type: none">◦ Clinton Matias, Council of African Youth Activists – CAYA• Discussão
11:10 – 11:25	<i>Pausa para o Café</i>



Avaliação de impacto da sustentabilidade em apoio às negociações da UE com Angola para adesão ao APE UE-SADC



Consulta abrangente em Angola sobre o Acordo de Parceria Económica

Palmeiras Suite Hotel, Luanda, e Zoom, 21 & 22 Julho de 2021

11:25 – 12:55 **Impactos sociais e nos direitos humanos da adesão de Angola ao APE**

- Apresentação pela equipe de pesquisa
- Comentários
 - Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADEC [tbc]
 - Carlos Pacatolo, Afrobarometer, e Gerente, Ovilongwa Consulting
 - Filomena Oliveira, Vice Presidente, Associação Angolana das Empresas de Publicidade e Marketing - AAPEM
- Discussão

12:55 – 13:00 **Discurso de encerramento e passos subsequentes**

- Equipe de pesquisa

Anexo B: Organizações presentes no seminário

- Afrobarometer/Ovilongwa Consulting
- Associação Angolana das Empresas de Publicidade e Marketing (AAEPM)/Angolan Association of Public Relations and Marketing Enterprises
- Associação de Empresas de Comércio e Distribuição Moderna de Angola (ECODIMA)/Association of Modern Trading and Distribution Companies of Angola
- Associação do Café e Palmar de Angola (CAFANG)/Coffee and Palm Association of Angola
- Associação Industrial de Angola (AIA)/Angolan Industrial Association
- Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD)
- Außenhandelskammer Angola/German-Angolan Chamber of Commerce
- Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA)/Angolan Development Bank
- Banco Nacional de Angola/Central bank of Angola
- Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA)/Chamber of Commerce and Industry of Angola
- Câmara dos Despachantes de Angola (CDOA)/Association of Brokers of Angola
- Catola P.- Agro-Pecuaria e Comércio (Su), LDA
- Centro de investigação económica da Universidade Lusitana de Angola (Cinvestec)
- CESO Consultancy - Angola
- Cimenfort Ind, Lda
- Clube de Empresários França-Angola (CEFA)
- Comité Nacional da SADC
- Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola (CEEIA)/Association of Exporting Companies of Angola
- Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA)
- Council of African Youth Activists (CAYA) /Conselho de Jovens Activistas Africanos (CAYA)
- Embassy of Belgium in Angola /Embaixada da Bélgica em Angola
- Embassy of France in Angola /Embaixada da França em Angola
- Embassy of Germany in Angola /Embaixada da Alemanha em Angola
- Embassy of Italy in Angola /Embaixada da Itália em Angola
- Embassy of Poland in Angola /Embaixada da Polónia em Angola
- Embassy of Romania in Angola /Embaixada da Roménia em Angola
- Embassy of Spain in Angola /Embaixada de Espanha em Angola
- Embassy of Sweden in Angola /Embaixada da Suécia em Angola
- Embassy of The Netherlands in Angola /Embaixada dos Países Baixos em Angola
- EU Delegation to Angola Delegação da UE em Angola
- Facilidade de Diálogo UE-Angola/EU-Angola Dialogue Facility
- Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA)/Federation of Women Entrepreneurs of Angola
- Instituto Superior Politécnico da Huila (ISPH)/Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN)
- Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC)
- International Economics Consulting (IEC)
- Kinamakiesse
- Ministério da Economia e Planeamento/Ministry of Economy and Planning
- Ministério da Indústria e Comércio/Ministry of Industry and Commerce
- Ministério das Relações Exteriores/Ministry of Foreign Affairs
- SADC Secretariat/ Secretariado da SADC
- Secretariado Nacional da SADC
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Portuários, Ferroviários e Afins de Luanda
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) /Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

- United Nations Development Programme (UNDP) /Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Universidade Kimpa Vita
- Universidade Metodista de Angola (UMA)
- Universidade Católica de Angola (UCAN)
- Waridu
- World Bank/Banco Mundial